

#### 4.

### O Centro Interescolar Maria da Silva Nunes

A década de 1980 se inicia no Pará com o governo de “distensão”<sup>1</sup> de Alacid Nunes e, em 1982, com seu apoio, assume Jader Barbalho do PMDB, que não rompe o conservadorismo que marcou o governo anterior. A esse tempo, a validade do planejamento tecnocrático<sup>2</sup>, tão ortodoxamente seguido na década anterior, começa a ser questionada e emerge daí uma nova racionalidade. A sociedade civil exercendo maior pressão força o Estado a rever seu papel e a modificar sua atuação, inclusive com o fim de prolongar sua permanência. Dá-se uma mudança gradativa no tom do governo militar sobre participação popular/abertura, segundo Germano (1993), porque caía sua sustentação política.

Nesse contexto, o projeto desenvolvimentista para a Amazônia se enfraquece e evidencia-se a recessão política e social, ao mesmo tempo em que no cenário político fortalecem-se as oligarquias locais. As eleições de 1982 revelam e concretizam essas disputas.

Hélio Gueiros assume o governo do Estado em 1986, mas o padrão de fazer política não é alterado e o poder local ainda permanece sob o comando das oligarquias tradicionais. Em todas essas décadas o Estado permanece gerido de forma centralizada e com forte determinação de fora para dentro, o que reforça a política clientelista<sup>3</sup> que se faz por aqui. O continuísmo institucional nas formas de administrar o Estado marcou os anos de 1982 a 1986 do governo de Jader Barbalho.

---

<sup>1</sup> Cunha (2005) define a *distensão* como o movimento político de alargamento das bases sociais do Estado, sendo que depois de 1975 ganhou a seguinte configuração dada pelo então presidente da República: “atenuação, se não a eliminação das tensões multiformes, sempre renovadas que tolhem o progresso e o bem-estar do povo, resultado do desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores – político, social, e econômico – da comunidade nacional” (p. 200). Segundo o autor, os assuntos educacionais se inseriam no setor social.

<sup>2</sup> A ação tecnocrática é definida por Horta (*apud* ALBERTO, 1996) como a “eliminação de qualquer problemática relacionada com os fins, a absolutização dos meios e a negação da dimensão política, à submissão do processo decisório aos critérios de racionalidade técnica. Esses constituem os elementos comuns presentes em qualquer definição de tecnocracia” (p. 24).

<sup>3</sup> Prática descrita por O'Donnell (*apud* ALBERTO, 1996, p.35) como: “manda-se e quando muito concede-se algumas vantagens ou favores aos indivíduos que, a critério do “patrão” “merecem”, e dos quais se espera em troca que continuem sendo “leais”.

Em 1982 inicia-se o governo Jader Barbalho, em cujo governo a educação era gerida por três órgãos. A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC– era o órgão da administração direta, responsável pelo planejamento, execução, avaliação e coordenação da política educacional estadual para os níveis fundamental e médio. À SEDUC vinculavam-se a Fundação Educacional do Pará – FEP para dedicar-se ao ensino superior<sup>4</sup> e a Fundação Carlos Gomes – FCG para dedicar-se a cultura musical ambas com instituições de ensino atreladas e com atuação em ensino, pesquisa e extensão (LIMA, 1995).

O projeto dos centros interescolares foi formulado pela Fundação Educacional do Pará (FEP), quando esta ainda era responsável pela gestão do ensino de 2º grau no Estado conforme mostramos no capítulo anterior, mas no início do governo de Jader Barbalho, em 1982, os Centros Interescolares Maria da Silva Nunes (bairro do Telégrafo) e Francisco da Silva Nunes (bairro da Marambaia)<sup>5</sup>, ambos em Belém, passam aos cuidados diretos da Secretaria de Educação e a FEP dedica-se a partir de então apenas ao ensino superior (LIMA, 1995).

Manteremos o foco no Centro Interescolar Maria da Silva Nunes porque essa escola participou da composição institucional que originou a Escola Técnica Estadual do Pará abordada nesse capítulo com apoio dos três grandes focos adotados no roteiro de levantamento dos dados, tanto para documentos quanto para depoimentos, quais sejam: espaços e estrutura do edifício; organização pedagógica e didática e de direção e gestão; e, estrutura sociocultural bem como de parte dos relatos dos entrevistados que corroboram elementos ou aspectos apresentados.

#### 4.1.

#### **Espaços e Estrutura do Edifício**

O Centro Interescolar Maria da Silva Nunes foi inaugurado em 1980, construído no mesmo espaço onde hoje funciona a Escola Técnica Estadual

---

<sup>4</sup> Ainda que anteriormente tenha assumido outras funções mais bem descritas adiante nesse capítulo.

<sup>5</sup> Os nomes dos Centros Interescolares do Pará homenageiam os genitores do então governador do Estado, Alacid Nunes, o que expressa a característica clientelista de nossa política.

Magalhães Barata, um terreno de 11.000 m<sup>2</sup> (onze mil metros quadrados) no bairro do Telégrafo sem Fio<sup>6</sup>, em Belém. Àquele tempo era um terreno sem nenhuma construção, possivelmente lugar de hospedaria de imigrantes, por trás dos prédios que abrigavam a Fundação de Educação do Pará – FEP e a Escola Estadual Magalhães Barata, que ministrava ensino de 1º e 2º graus. O acesso dava-se pela Rua Municipalidade, tendo como ruas laterais a José Pio e a Djalma Dutra.



Figura 10 – Notícia da Inauguração do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes<sup>7</sup>

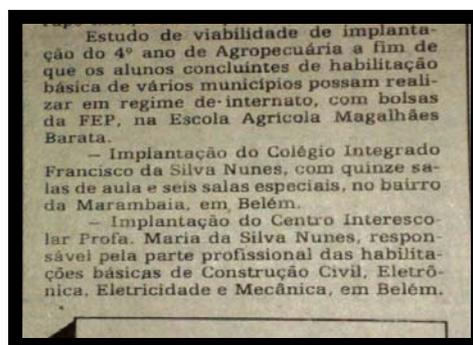


Figura 11 – Realizações do governo Alacid Nunes<sup>8</sup>

A escola foi criada com o objetivo de oferecer habilitação básica nas áreas de: eletrônica, eletricidade, mecânica e edificações e passa a ofertar curso de

<sup>6</sup> O bairro é bastante populoso, para onde converge população de outros bairros como: Sacramento, Barreiro, Pedreira, Acampamento, Centro, entre outros, convergência esta facilitada por uma rede viária constituída de diversas linhas de transporte coletivo que tornam o acesso mais viável (PARÁ, 1988).

<sup>7</sup> Fonte: Jornal “O Estado do Pará” de 10 de março de 1980. Belém.

<sup>8</sup> Fonte: Jornal “O Estado do Pará”, domingo e segunda-feira, 16 e 17 de março de 1980. Belém.

Auxiliar Técnico, nessas mesmas áreas, somente em 1987, após movimento de reestruturação curricular realizado pela Secretaria de Educação (PARÁ, 1988).

A origem da instituição é atribuída ao acordo MEC/BIRD/Governo do Estado do Pará representado pelo PREMEN (PARÁ, 1988). No Pará, o PREMEN foi o financiador da construção dos dois Centros Interescolares que aqui existiram, segundo os depoimentos de professores e gestores da escola e da secretária de Educação, conforme se evidencia a seguir:

E o PREMEN criou um monte de escolas (...) aqui em Belém; tinha duas que funcionavam, que era a Magalhães Barata, na Municipalidade, e tinha outra que era ali na... rua da Marinha. Era a escola financiada pelo governo federal dentro do estado. E naquela época não tinha negócio de projeto. Ah, vai ter uma escola no Pará! Então pegava um modelo que foi criado em Brasília e... bota lá. Ah, Belém precisa de duas! Então coloca lá (Professor A do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

A antiga diretoria do “Ensino Secundário” do Ministério da Educação e Cultura, por meio da Equipe de Planejamento do Ensino Médio – EPEM–fora encarregada, após 1964, de proceder à transformação de “ginásios acadêmicos” em “ginásios orientados para o trabalho”. Pelo Decreto Federal nº 63.914 de 26 de dezembro de 1968, foi criado o PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio) e reformulado pelo Decreto Federal nº 70.067 de 26 de janeiro de 1972, passou a chamar-se Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN, com a finalidade de instalar “Escolas Polivalentes”, modernamente equipadas e projetadas com pessoal docente, técnico e administrativo, especialmente treinado e preparado para os respectivos cargos, a fim de que implantasse efetivamente a reforma do ensino.

A origem desse financiamento não era bem clara para os professores e gestores do Centro Interescolar no Pará, embora fosse detectável para eles que se tratava de um recurso fruto de convênio de cooperação internacional:

Não sei de onde veio o PREMEN, mas também deve ter vindo dos EUA, porque naquela época era... Como era o programa? Tinha um programa de cooperação internacional (Professor A do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

Esse recurso me parece que foi o recurso MEC-BID. Eu me lembro bem que esses recursos foram captados ainda na época do Alacid Nunes (governador) em um convênio federal. Toda uma orientação que vinha do MEC, e como eu digo, muito

adequado ao sul do país e pouco adequado à nossa realidade (Diretor do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

O diretor refere-se ao conjunto de orientações e especificações, bastante minuciosas, que emanaram do Ministério da Educação, em uma série de publicações relativas à estrutura física, organização dos espaços, currículos, que por sua padronização nacional, não levavam em conta as especificidades regionais. É o caso, por exemplo, do CEBRACE, que proveu a criação de um “sistema modular de escolas em estrutura metálica”. O referido modelo propiciou e facilitou “a construção de escolas em massa, por baixo custo” (BRASIL, 1978, p.27). Esse modelo de construção em massa e padronizado não levou em conta características regionais e climáticas paraenses, conforme se percebe nos depoimentos:

(...) Esse modelo é outro problema. Criou-se para uma realidade paraense um modelo próprio para o sul do país, né, então, não atendia muito bem as realidades... Já pensou o que é montar um laboratório de eletrônica onde os aparelhos são sensíveis submetidos a uma temperatura como a nossa... num prédio que não tinha praticamente ventilação, totalmente fechado?... Então aí teve que se colocar aparelho de ar condicionado em tudo quanto foi sala... (Diretor do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

O prédio, composto de quatro blocos, foi inaugurado com uma solenidade simples, que contou com a presença da secretária de Educação, um grupo de professores e representante do governador Alacid da Silva Nunes, de acordo com o relato do professor, convidado pela Fundação de Educação do Pará a assumir a direção do Centro Interescolar. A configuração dos espaços e suas destinações são próprias das definições de um Centro Interescolar, predominantemente espaços de aulas práticas, e foram assim apresentadas:

(...) mais ali para a José Pio (rua) havia praticamente a secretaria, que tá ainda naquele mesmo espaço, a biblioteca que não sei se mudou, (...)na minha época tinha uma biblioteca. (...) Sala dos professores, (...) tinha sala de orientação e tal, tinha a parte administrativa propriamente dita, depois vinha exatamente esse é... espaço de lazer coberto, onde tinha uma cantina que eu acredito que até exista hoje lá. Para o lado daqui (rua Municipalidade) existiam dois blocos que eram as duas salas de desenho, né.(...) Tinha pranchetas realmente até muito boas na época, para aquela época. E... Depois você andava num corredor, chegava na parte, digamos assim, nervosa do Centro, cinco ou seis salas de aula e o restante eram laboratórios, como eu lhe disse eram os dois laboratórios de mecânica, dois laboratórios de

eletrônica, dois laboratórios de eletricidade, dois de física e dois de química (Diretor Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

As declarações dos professores evidenciam que cada curso funcionava em um bloco, fato que não condiz com a descrição dos espaços institucionais apresentados pelo documento *Perfil do Centro Interescolar* (PARÁ, 1988), que enumera como espaços específicos dos cursos apenas os laboratórios de Eletrônica (um), Eletricidade (um), Mecânica (dois) e salas de desenho (duas). Também relatam os professores que depois de algum tempo de sua inauguração, a escola contou com quadra de esporte e uma sala de vídeo e televisão, com muitos recursos disponibilizados em um pequeno prédio na esquina do terreno da instituição, entre as ruas Municipalidade e José Pio.

A escola foi bem equipada para atingir os objetivos a que se propunha; houve material e equipamentos para todos os laboratórios com qualidade e adequação. Um ex-aluno exaltou a qualidade da biblioteca de que a escola dispôs por algum tempo. Os títulos variados, incluindo as áreas técnicas, as disciplinas de suporte como física e química, com coleções de que só se podia dispor nas universidades, além de livros de literatura brasileira, *best sellers*, e alguns títulos de sociologia e filosofia o que veio e lhe permitir constituir sua formação política. Além da biblioteca, o mesmo ex-aluno fez especial destaque às fitas 8mm e projetores que passavam vídeos demonstrativos, todos em inglês, que se acompanhavam com apostilas do tipo mimeografadas, e ao laboratório de Física que dispunha de uns kits de montagem de aerodinâmica com ventiladores encapsulados, turbinas hidroelétricas e hidráulicas, material muito interessante cujo uso era difícil aos professores.

Um professor do Centro Interescolar, que concomitantemente ministrava aulas na Escola Técnica Federal do Pará, faz uma comparação indicando que ao tempo da inauguração do Centro os equipamentos chegaram a ser melhores que os da Escola Técnica Federal, uma vez que dava aula no mesmo curso em ambas. Os equipamentos de sua disciplina eram mais modernos e em maior quantidade; o problema, no entanto, residia em que no Centro Interescolar não se dispunha de material de consumo. Assim, faltavam pequenos componentes e peças, que custariam centavos à época, a despeito de excelentes equipamentos e estrutura.

Para conseguir ministrar a aula, o professor, muitas vezes, comprava de seu próprio bolso essas peças para que os alunos pudessem ter aulas práticas.

O diretor do Centro Interescolar corrobora essa informação indicando que nos primeiros anos não houve qualquer problema quanto à defasagem de equipamentos, a estrutura podia ser considerada perfeita, pois eram avaliados como *de ponta* e suportaram bem cerca de quatro anos. No entanto, para fazê-los funcionar a contento nesses anos, e a ponto de ser considerada escola modelo para outros Estados, como Maranhão, que buscou o modelo para implantação de escola semelhante em seu território, foi necessário mobilizar os professores na busca de insumos para seus equipamentos:

(...) os nossos professores iam buscar material para que a gente pudesse usar nos nossos laboratórios em outros locais, por exemplo: material para o laboratório de eletrônica (...); a gente chegava aqui (...) nessas oficinas ao longo aqui da estrada que leva pra Icoaraci e professores que estavam acostumados a trabalhar (...) ia buscar aquilo que pra lá não servia mais (Diretor do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

Passados três a quatro anos sem que houvesse renovação de equipamentos ou expressiva manutenção dos mesmos, os problemas começaram a se evidenciar, e essa se constituiu a mais significativa dificuldade para o diretor do Centro. Em suas palavras, é como se a SEDUC houvesse se esquecido que precisaria evoluir e não cuidou do “enriquecimento da escola”.

A dificuldade para compra de material de consumo e permanente, dado as especificidades dos mesmos, gerava muitas dificuldades de execução por parte da SEDUC, ou compra inadequada de materiais similares que não serviam aos equipamentos de que a escola dispunha. Frente a essa dificuldade, o diretor solicita da SEDUC a implantação no interior da escola de uma estrutura, um departamento que à semelhança da Escola Técnica Federal pudesse gerir seus professores e comprar seu próprio material de consumo e permanente, solução não admitida pela secretaria.

Além desse “esquecimento da SEDUC” indicado pela direção, professores e alunos, outro fator de deterioração, apresentado por ex-aluno, foi que no processo que culminou na criação da ETEPA, por alguma razão que ele não identifica os alunos deixaram de ter acesso à biblioteca, por exemplo, ficando o acesso restrito aos professores. O espaço foi usado para guardar material da escola estadual ao

lado que entraria em reforma, e logo não se dispunha mais dos livros, ele menciona em seu depoimento que ex-alunos que tinham acesso ao local e professores dilapidaram esse patrimônio.

Com todas as limitações já descritas referentes às condições materiais para efetivação da profissionalização compulsória na vigência da Lei nº 5692/71, vividas principalmente pelos sistemas estaduais, verificamos que na origem desse Centro Interescolar temos as orientações de uma política educacional nacional, abraçada pelo Estado, que com apoio de financiamento federal específico faz surgir um prédio, com instalações adequadas às concepções de ensino básico e profissional de então, bem como equipamentos e materiais didáticos apropriados e suficientes a formação profissional específica, ainda que não tenha sido essa a opção estadual.

A manutenção dessa estrutura mostrou-se um problema ao longo dos 9 anos de existência do Centro, o que demonstra descontinuidade das políticas que o criaram bem como a falta de prioridade dos governos locais para com uma das poucas instituições estaduais que tinham como foco educacional aproximar o jovem/adolescente do mundo do trabalho. As dificuldades são em parte supridas pelo protagonismo docente, já que a continuidade do projeto nesses anos requereu o empenho pessoal, de muitos deles, na aquisição dos componentes e peças que permitissem a efetivação de aulas práticas e bom uso dos materiais disponíveis na escola, evidenciando a relação identitária que mantinham com a mesma. Ao mesmo tempo em que se pode perceber que esse não era um processo homogêneo com professores e alunos que com a escola mantinham relações mais utilitárias.

O termo “protagonismo” que acabamos de utilizar deve ser entendido como a capacidade de participar e influir no curso dos acontecimentos, exercendo um papel decisivo e transformador. Essa noção situa-se na compreensão de que os atores sociais (indivíduos, organizações ou grupos) são aqueles que se envolvem em iniciativas sociais e que podem influir em seus resultados<sup>9</sup>. Eles agem para a construção da realidade social; entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar (BOURDIEU, 1989).

---

<sup>9</sup> Disponível em [www.fundacaobunge.org.br/biblioteca-bunge/glossario/](http://www.fundacaobunge.org.br/biblioteca-bunge/glossario/)

Assim, o protagonismo desses docentes tem um espaço de ação local, limitado, que sofre restrições pela falta de autonomia concedida a eles, e de uma participação sempre usurpada pelo órgão gestor da educação estadual, conforme se verá ao longo da trajetória escolar, além disso, essa ação que desenvolvem certamente é influenciada pelos aspectos da instabilidade de seus contratos e manutenção de suas próprias condições de vida. Contudo, a despeito das referidas restrições, no curso da vida da escola desenvolveram ações decisivas nos espaços deixados pela insuficiência das políticas educacionais para a educação profissional.

#### **4.2.**

#### **Organização pedagógica, didática e de direção e gestão**

O Centro Interescolar Maria da Silva Nunes dispunha de um corpo de gestão composto por: um diretor, três vice-diretores (um para cada turno) e uma secretária escolar. Além deles o corpo técnico-administrativo dispunha de bibliotecário, duas pedagogas para orientação e supervisão, agentes administrativos, vigias, inspetores de alunos e agentes de portaria, integralizando uma equipe de 54 membros distribuídos nos três turnos de funcionamento da escola (PARÁ, 1988). Além dessas funções, havia a de coordenadores de laboratório, que eram professores sem nenhuma remuneração para esse título, pessoas da confiança do diretor, segundo ele as qualificou, e que davam todo apoio ao funcionamento dos laboratórios.

A direção do Centro Interescolar foi indicada e designada pela FEP, por meio da Portaria 146/80 de 11 de março de 1980 (PARÁ, 1980), assinada pelo seu superintendente geral Manoel Viegas Campbell Moutinho. O mesmo diretor administrou toda a vida da escola, fazendo opção pela aposentadoria após a transformação do Centro Interescolar em Escola Técnica, no início dos anos de 1990.

A narrativa do diretor indica que, ao ser convidado para assumir a direção da escola pela FEP, recebeu dela mesma a proposta da escola e plano dos cursos, e que não foi possível discuti-los; coube a ele a organização dos espaços físicos, a

instalação dos equipamentos com ajuda dos professores e ainda efetivar o cumprimento da estrutura proposta pela FEP e definida nacionalmente.

Dos depoimentos desse diretor apreende-se sua paixão e decepção, num misto que envolve os relatos das experiências que acumulou ao longo desses anos. Paixão que decorre de sua função de professor e formação em engenharia civil que lhe permitia a aproximação com o universo técnico profissional com maior desenvoltura. Decepção resultante de idas e vindas com a gestão educacional estadual que ano após ano não percebia a relevância dessa escola para além dos discursos.

Da visão de professores e alunos percebe-se um diretor “linha dura”, característica muitas vezes associada a sua formação militar, não mencionada por ele, que com olhar atento observava detalhes da vida da instituição, relacionadas principalmente ao suprimento e conservação de equipamentos e à frequência de professores, mostrando rigor na manutenção da postura docente e em que esses não se envolvessem de forma tão amiúde com seus alunos. Contudo, os professores relataram um clima de liberdade e amistosidade, cultivada pelo próprio diretor, que só se perdia quando alguém “pisava muito na bola”, nesse caso ele era mesmo capaz de atravessar a rua e ir ao barzinho em frente da escola dar uma bronca em alguns professores.

Os alunos relatam que o acesso ao diretor não era frequente e nem comum, mas que o cuidado que ele tinha com a instituição, com os equipamentos e com a falta de professores trazia reconhecimento à sua autoridade, ainda que classificassem essa autoridade como beirando o autoritarismo, e à sua administração, valorizada pelas oportunidades que procurava criar com cursos complementares para alunos, eventos, feiras, torneios o que tornava sua figura mais suave.



Figura 12 – Exemplo de curso complementar oportunizado pela escola para representantes de turma



Figura 13 – Curso de Maquete (complementar) ofertado pela própria escola para alunos

Na avaliação do diretor, havia um clima de muita cooperação em sua gestão e um grupo que funcionava com muita coesão. Cooperação não quer dizer democracia evidentemente, e nem ele assim o classificou, tão somente demonstra o caráter das relações humanas em que se firmava o projeto de profissionalização estadual. No tocante aos espaços participativos, não existiam fóruns ou colegiados. As reuniões com representantes de turma assumiam o espaço de cobrança de regras (uso do uniforme, não fumar etc) e as reivindicações de alunos sobre melhorias do curso, formação dos professores não eram bem vistas e logo encerradas.

Em 1981, um ano após a inauguração dos Centros Interescolares, o Diário Oficial do Estado publica, no dia 27 de janeiro, o termo de convênio celebrado

cinco dias antes entre FEP e Secretaria de Educação, que tem como objeto a transferência para o Estado de “todo o ensino de 2º grau da rede estadual, até então a cargo da FEP, sem solução de continuidade”. A transferência incluía bens móveis e imóveis, utensílios, equipamentos e toda a natureza de domínios dessas escolas, bem como previa o aproveitamento de pessoal da fundação, lotado nas escolas, sem prejuízo de vantagens e direitos que gozavam quando da mudança (PARÁ, 1981).

O ensino do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes passa a ser gerido e orientado pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Ensino de 2º Grau, conforme Ofício Circular de 09 de fevereiro de 1981 (PARÁ, 1981a), encaminhado à Escola Estadual de 2º Grau Deodoro de Mendonça. Esse documento propunha mudanças na terceira série das habilitações básicas implantadas naquela escola, uma vez que as modificações nas primeiras e segundas séries já haviam sido encaminhadas no ano anterior<sup>10</sup>.

Dois dos professores entrevistados e o diretor mencionam essa passagem da administração da FEP para a SEDUC sem recordarem muitos detalhes, a não ser que tiveram que assinar alguns documentos referentes a direitos trabalhistas e que fora uma movimentação no início dos anos de 1980.

A proposta educacional do Centro Interescolar pode-se entrever pelos depoimentos e fragmentos de documentos da instituição que indicam que se ofertavam ali cursos de habilitação básica em: Eletrônica, Eletricidade, Construção Civil e Mecânica para os alunos das escolas estaduais de 2º grau Orlando Bittar, Magalhães Barata e Deodoro de Mendonça, que segundo a legislação vigente ministravam as disciplinas do núcleo comum (conforme qualifica a Lei nº 5.692/71 para a formação geral), cabendo a parte específica ao Centro Interescolar.

Então se criou assim o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes que era uma escola pólo para onde eram carregados os alunos que vinham do Orlando Bitar, Deodoro de Mendonça e do próprio Magalhães Barata, onde eles recebiam a formação básica e iam até o Centro Interescolar receber a formação

---

<sup>10</sup> De outro lado o mesmo documento permite que concluamos que a única habilitação técnica ofertada pelo Estado há esse tempo era o Magistério, isso porque a legislação para o ensino secundário assim a classificava e porque o Estado havia feito a opção de trabalhar com habilitações básicas. O mesmo ofício informa que para as escolas do interior permanecia a mesma grade curricular adotada desde 1976.

semiprofissional ou habilitação básica; essa é a realidade né (...) (Diretor do Centro Interescolar).

Os professores seguiam o calendário escolar de acordo com o da SEDUC, faziam planejamento e organizavam as atividades conforme o calendário das escolas de onde provinham seus alunos, ou seja, dependiam da organização das outras escolas para realizar suas atividades. Os alunos matriculados no Centro vinham dessas escolas, realizavam suas atividades nele e recebiam seus resultados nas suas respectivas escolas de origem, conforme o relato da secretária escolar (Deodoro, Orlando Bittar e Escola Magalhães Barata).

O Centro deveria trabalhar com formação de técnicos, embora, segundo o diretor, isso não acontecesse. Ele faz tal afirmação porque alguns documentos escolares mencionavam a expressão Curso Técnico em Edificações, por exemplo, e no diploma do aluno não aparecia assim, mas Habilitação Básica em Edificações. Conforme discutimos no capítulo anterior, os Centros Interescolares foram propostos visando à formação profissional específica, aquela que se regulava pelo Parecer 45/72, porém, com a decisão estadual de ofertar habilitações básicas em suas escolas o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes atendia às exigências da Lei nº 5.692/71 e do Parecer 76/75, portanto o que se pretendia não era a formação em uma dada ocupação de mercado, mas uma formação que permitisse a esse aluno, após a conclusão de seu curso de três anos, ser “mais facilmente treinado” para o exercício de uma ocupação qualquer em um ramo ou área de atividade em que estudou (BRASIL, 1978).

Ocorre que a configuração da escola, sua estrutura e mesmo o panorama de profissionalização que se tentava instalar há dez anos no país, considerando a promulgação da Lei nº 5.692/71 e a inauguração do Centro Interescolar em 1980, dava uma característica diferente a ela e uma especialidade que a assemelhava a uma escola técnica, tanto que ao descrever as características da escola que geria o diretor do Centro Interescolar, afirma que ela era diferente porque ministrava disciplinas de “formação quase profissional”:

(...) por exemplo, nós não trabalhávamos com a parte de português, da matemática, da história, nós trabalhávamos em quê? No curso de eletrônica, nós trabalhávamos a física, a química, sistemas eletrônicos, as disciplinas do curso de eletrônica, eletricidade, as disciplinas do curso de eletricidade, né? Então nós tínhamos, por exemplo, dois grupos: era o grupo que formava o aluno dentro da escola, ou

habilitava, e tinha aquele que dava a eles a formação básica nas escolas de origem (Diretor do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

A confusão sobre a formação dos cursos dessa escola é, no entanto, notória nos depoimentos de professores e gestores, pois os alunos não faziam um curso técnico e nem auxiliar técnico, mas habilitações básicas (até o ano de 1986) e essa oferta não era entendida de forma clara por toda a comunidade escolar.

(...) todos os colégios de Belém tinham esse sistema (...) cursos... é... não era profissionalizante. Era (...) com relação a curso técnico (...) mas não era curso técnico (...) era apenas um curso pra despertar um interesse nos alunos pra poder desenvolver ou fazer opção universitária (...) funcionava não como ensino profissionalizante técnico, era profissionalizante, mas não era técnico, ainda não entendi o porquê (...) (Professor P do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

Esse pessoal (alunos) fazia as disciplinas de cultura geral nos colégios, e as disciplinas técnicas no Centro Interescolar Maria da Silva Nunes. Era a 5.692/71, o “cara” saía auxiliar técnico. E era uma estrutura legal. O que faltava para aquele pessoal? Faltava uma estrutura de escola técnica na época, porque não era escola técnica, era o centro interescolar. Na verdade o pessoal ficou perdido com o parecer 45 que não formava técnico e nem auxiliar; ele (o aluno) saía com um diploma de auxiliar-técnico, mas não podia trabalhar, entendeu? Agora por que não podia trabalhar? Porque não existia uma estrutura de estágio, e estrutura que complementasse isso na parte prática (Professor A do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

Os alunos também não tinham clareza sobre a formação que obteriam e o depoimento de um deles nos faz retornar a expectativa de formação técnica associada ao Centro Interescolar. Ele diz:

Então, quando começou, quando veio o Centro Interescolar foi uma mexida muito grande na cabeça das pessoas, a gente já passou a pensar em posto de trabalho, onde eu vou trabalhar, será que a gente vai ter um diploma compatível com o da Escola Técnica Federal... Quando saíram as primeiras turmas e tal, a gente viu que nosso certificado e nada tinha o mesmo peso, porque nós não éramos profissionais e nós tínhamos perdido a chance do 2º grau. (Pergunta: “O senhor sabia que o senhor não estava fazendo um curso técnico?”) Não, nós não sabíamos, nós só fomos saber isso no final (...) A perspectiva nossa é que fosse um curso técnico mas nós saímos auxiliar médio né, como você sabe. Aí uma turma teve um questionamento junto com o diretor e tal que haveria a possibilidade de fazer uma extensão para que o nosso curso fosse encaixado como técnico. E nunca aconteceu isso, a turma cada um pegou seu rumo foi pra universidade e foi isso que aconteceu (ex-aluno do Centro Interescolar)

O relato do aluno expressa a essência do conflito vivenciado com a Lei nº 5692/71 e seus desdobramentos legais referentes à insuficiência da formação profissional ou acadêmica problema que se denota na constituição de suas matrizes curriculares.

Através da Escola Deodoro de Mendonça foi possível localizar as estruturas curriculares dos cursos de Eletrônica, Edificações e Mecânica realizados por essa escola em parceria com o Centro Interescolar. Conforme preconizava o Parecer 76/75 para as habilitações básicas, o currículo se compunha de três partes: educação geral, formação especial (subdividia-se em instrumentais e obrigatórias) e atividades comuns, em que se inseriam ensino religioso, programa de saúde e educação física, só fazendo parte, no entanto, do currículo do Centro, a última. O modelo da matriz utilizada por essa escola está abaixo, demonstrado nas figuras 14, 15 e 16.

HABILITAÇÃO		SÉRIES				Totais de Crédito	Total carga horária
ELETRÔNICA		1ª	2ª	3ª	4ª		
1980						2.430	
MATERIAS	Disciplinas, áreas de estudos e atividades.	SÉRIES				Totais de Crédito	Total carga horária
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Ling. Port. Lit. Brasileira	3	3	3		9	270
	Ling. Estrangeira Moderna	3	-	-		3	90
	Educação Artística	1	-	-		1	30
	Soma	7	3	3		13	390
ESTUDOS SOCIAIS	História	3	-	-		3	90
	GEOGRAFIA	3	-	-		3	90
	O. S. P. B	1	-	-		1	30
	E. M. C	1	-	-		1	30
	Soma	8	-	-		8	240
CIÊNCIAS	Matemática	3	4	-		7	210
	Ciências Física e Biológica	4	-	-		4	120
	Programa de Saúde	-	1	-		1	30
	Soma	7	5			12	360
Sub-total		22	8	3		33	990
INSTRUMENTAIS	Desenho Básico	2	-	-		2	60
	Programa de Orientação Ocupacional	1	-	-		1	30
	Lingua Estrangeira Moderna	-	3	-		3	90
	Matemática Aplicada	-	-	4		4	120
	Física	-	4	4		8	240
	Química	-	2	2		4	120
		Soma	3	9	10		22
CURSOS	Eletrônica	-	4	6		10	300
	Sistemas Eletrônicos	-	2	4		6	180
	Desenho Técnico	-	2	2		4	120
		Soma	-	8	12		20
Sub- Total		3	17	22		42	1260
de art. 7	Educação Física	2	2	2		6	180
	ENSINO RELIGIOSO	-	-	-		-	-
		Soma	2	2	2		6
TOTAL GERAL		27	27	27		81	2430

Figura 14 – Matriz Curricular Curso Eletrônica - 1980

HABILITAÇÃO: MÚSICA EM ELETRICIDADE		CARGA HORÁRIA TOTAL				2.430	
MATERIAS	Disciplinas, áreas de estudos e atividades	SÉRIAS				Totais de Créditos	Total em Horária
		1ª	2ª	3ª	4ª		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LING. PORT. E LIT. BRASILEIRA	3	3	3	-	09	270
	LING. ESTRANG. MODERNA	3	-	-	-	03	90
	EDUC. ARTÍSTICA	1	-	-	-	01	30
	Soma	7	3	3	-	13	390
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA	3	-	-	-	03	90
	GEOGRAFIA	3	-	-	-	03	90
	O.S.P.B.	1	-	-	-	01	30
SOCIAIS	E.M.C.	1	-	-	-	01	30
	Soma	8	-	-	-	08	240
CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	3	4	-	-	07	210
	CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓG.	4	-	-	-	04	120
	PROGRAMA DE SAÚDE	-	1	-	-	01	30
	Soma	7	5	-	-	12	360
	Sub-Total	22	8	3	-	33	990
INSTRUMENTAIS	DESENHO BÁSICO	2	-	-	-	02	60
	PROGRAMA ORIENTAÇÃO OCUPACIONAL	1	-	-	-	01	30
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	-	3	-	-	03	90
	MATEMÁTICA APLICADA	-	-	4	-	04	120
	FÍSICA	-	4	4	-	08	240
	QUÍMICA	-	2	2	-	04	120
	Soma	3	9	10	-	22	660
OBRIGATORIAS	ELETRICIDADE	-	4	6	-	10	300
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	-	2	4	-	06	180
	DESENHO TÉCNICO	-	2	2	-	04	120
	Soma	-	10	12	-	20	600
	Sub-Total	3	17	22	-	42	1.260
Art. 7º	EMIGRAÇÃO FÍSICA	2	2	2	-	6	180
	ENSINO RELIGIOSO	-	-	-	-	-	-
	Soma	2	2	2	-	6	180
	TOTAL GERAL	27	27	27	-	81	2.430

Obs: O Ensino Religioso por ser facultativo de aluno - acresc. 000

Figura 15 – Matriz Curricular de Eletricidade - 1980

HABILITAÇÃO		SÉRIES				Totais de Crédito	Total carga horária
MECÂNICA		1ª	2ª	3ª	4ª		
1980						2.430	
MATERIAS	Disciplinas, áreas de estudos e atividades.						
COMUNICAÇÃO	Ling. Port. Lit. Brasileira	3	3	3		9	270
	Ling. Estrang. Moderna	3	-	-		3	90
E EXPRESSÃO	Educação Artística	1	-	-		1	30
	Soma	7	3	3		13	390
ESTUDOS	História	3	-	-		3	90
	Geografia	3	-	-		3	90
	O. S. P. B	1	-	-		1	30
	E. M. C	1	-	-		1	30
SOCIAIS	Soma	8	-	-		8	240
	Matemática	3	4	-		7	210
CIÊNCIAS	Ciências Física e Biológica	4	-	-		4	120
	Programa de Saúde	-	1	-		1	30
	Soma	7	5			12	320
	Sub-total	22	8	3		33	990
INSTRUMENTAIS	Desenho Básico	2	-	-		2	60
	Proog. de Orientação Ocupacional	1	-	-		1	30
	Lingua Estrangeira Moderna	-	3	-		3	90
	Matemática Aplicada	-	-	4		4	120
	Física	-	4	4		8	240
	Química	-	2	2		4	120
	Soma	3	9	10		22	660
OBRIGATORIAS	Tecnologia Mecânica	-	3	6		9	270
	Fabricação Mecânica	-	3	4		7	210
	Desenho Técnica	-	2	2		4	120
	Soma	-	8	12		20	600
	Sub- Total	3	17	22		42	1.260
t. do art. 7	Educação Física	2	2	2		6	180
	Ensino Religioso	-	-	-		-	-
	Soma	2	2	2		6	180
TOTAL GERAL		27	27	27		81	2.430

Figura 16 – Matriz Curricular de Mecânica - 1980

A proposta curricular executada pela escola mostra-se compatível com o modelo nacional apresentado no documento norteador do MEC (BRASIL, 1978), conforme se pode comprovar a seguir, tomando o exemplo do curso de Eletricidade que demonstra a hipótese de um currículo mínimo composto por educação geral e formação especial, e no extrato da formação especial as disciplinas instrumentais e profissionalizantes, bem como o exemplo de conhecimentos e atividades das disciplinas, estrutura que ratifica o nível de detalhe dos documentos produzidos pelo MEC para orientar a reforma.

**FASE 3**  
**HABILITAÇÃO BÁSICA EM ELETRICIDADE**  
**HIPÓTESE DE CURRÍCULO MÍNIMO**

Parte	Conteúdos curriculares	Horas semanais por série			Duração em horas	
		1ª	2ª	3ª	Por Disciplina	Por Parte
Educação Geral	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	2	240	1.020
	Educação Artística	-	2	-	60	
	História	2	-	-	60	
	Geografia	-	2	-	60	
	Educação Moral e Cívica	-	1	-	30	
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	1	30	
	Ciências Físicas e Biológicas	3	2	2	210	
	Matemática	3	3	2	240	
	Língua Estrangeira	3	-	-	90	
Formação Especial	Língua Estrangeira	-	2	2	120	1.050
	Desenho Básico	3	-	-	90	
	Matemática	-	-	4	120	
	Física	-	4	-	120	
	Elettricidade-	3	3	4	300	
	Instalações e Máquinas Elétricas	2	2	2	180	
	Desenho Técnico	-	-	4	120	
Atividades Comuns	Educação Física	2	2	2	180	180
	Ensino Religioso	-	-	-	-	
	Programa de Saúde — Parecer nº 2.264 - 6/8/74					
<b>TOTAIS</b>		<b>24</b>	<b>26</b>	<b>25</b>		<b>2.250</b>

47

Figura 17 – Proposta de Currículo Mínimo de Eletricidade

**FASE 4**  
**HABILITAÇÃO BÁSICA EM ELETRICIDADE**  
**EXTRATO DO QUADRO CURRICULAR**

PARTE	CONTEÚDOS CURRICULARES	HORAS SEMANAIS POR SÉRIE			DURAÇÃO EM HORAS		
		1ª	2ª	3ª	POR DISCIPL	POR PARTE	
FORMAÇÃO ESPECIAL	DISCIPLINAS INSTRUMENTAIS						
	Língua Estrangeira	-	2	2	120	1.050	
	Desenho Básico	3	-	-	90		
	Matemática	-	-	4	120		
	Física	-	4	-	120		
	SOMA	3	6	6	450		
	DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES						
	Eletricidade	3	3	4	300		
	Instalações e Máquinas Elétricas	2	2	2	180		
	Desenho Técnico	-	-	4	120		
	SOMA	5	5	10	600		

**FASE 5**  
**HABILITAÇÃO BÁSICA EM ELETRICIDADE**  
**EXEMPLO DE ANÁLISE DE CONHECIMENTOS E ATIVIDADES**

UNIDADE	CONHECIMENTOS	ATIVIDADES
9	<p><b>SISTEMAS POLIFÁSICOS</b></p> <p><b>1 - CORRENTE E TENSÕES POLIFÁSICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definições</li> <li>- Circuito trifásico em estrela</li> <li>- Circuito trifásico em triângulo</li> <li>- Comparação dos circuitos em estrela e triângulo</li> </ul> <p><b>2 - POTÊNCIA ELÉTRICA DOS CIRCUITOS TRIFÁSICOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência real, relativa e aparente</li> <li>- Correção do fator de potência</li> </ul> <p><b>3 - CAMPOS ROTATIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bifásicos</li> <li>- Trifásicos</li> </ul>	<p>1 - Medida da potência de circuitos trifásicos, com wattímetro monofásico</p> <p>2 - Medida da potência com wattímetro</p> <p>3 - Determinação do fator de potência de circuitos trifásicos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Equilibrados</li> <li>- Desequilibrados</li> </ul>

Figura 18 – Orientações Currículo Habilitação Básica

Como parte do conjunto de orientações, o mesmo documento apresentava, inclusive, o prospecto de um equipamento em forma de módulo que contribuiria para execução das atividades práticas mais elementares próprias da natureza do curso e dos conteúdos ali trabalhados conforme se demonstra na figura a seguir.

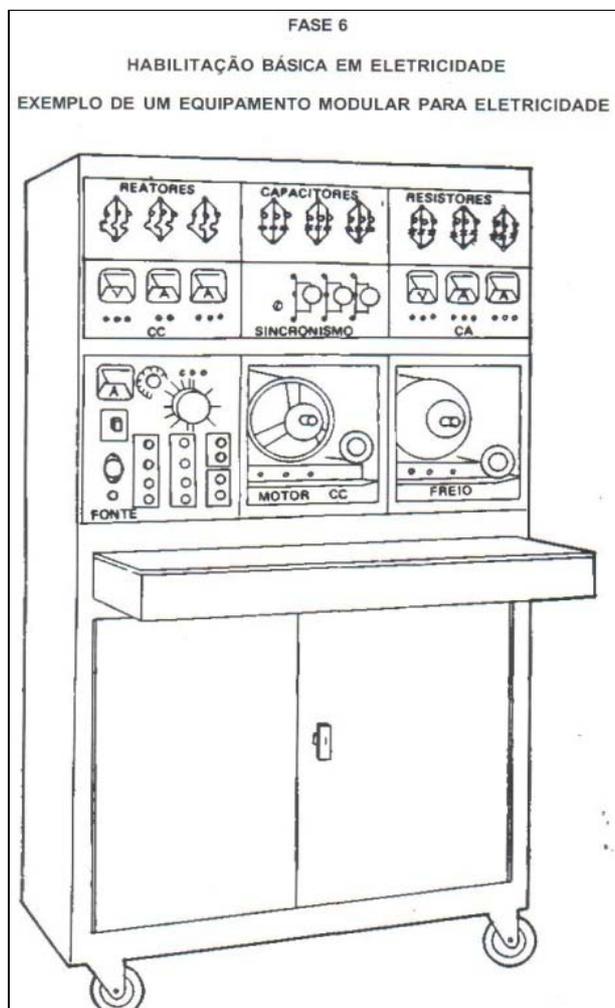


Figura 19 – Exemplo de Módulo de Eletricidade

O planejamento e o acompanhamento da implantação das habilitações básicas em todo o Brasil foram seguidos de um conjunto de 16 publicações que se orientavam para a filosofia do ensino, currículo, métodos, material didático, *layouts* dos laboratórios e espaços escolares, entre outros aspectos como se pode ver no exemplo que acabamos de demonstrar.

A insatisfação com o tempo e a carga horária reduzida da formação específica expressou-se no depoimento de um ex-aluno, que se lamentava:

(...) É estranho né porque nos tínhamos digamos assim um currículo pequeno com poucas disciplinas, no segundo e no terceiro ano só. Eram os 3 anos do ensino do 2º grau, dos quais dois anos era concomitante, a escola de 2º grau, a formação né e o ensino técnico, aí ficou “capenga” nas duas pontas, numa ponta ficou “capenga” o ensino regular, porque faltava carga horária, era impossível preencher e do outro lado ficou “capenga” o ensino profissional, além do que os nossos professores não eram bem preparados, eram esforçados pra “chuchu” mas não eram bem preparados.

O grupo de professores do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes foi formado por professores já integrantes dos quadros da Fundação, e a maior parte de contratados que também ministravam aulas na Universidade e/ou na Escola Técnica Federal mais frequentemente. O grupo de professores foi formado antes da inauguração do Centro, e os contratados foram indicados pelo diretor do Centro e pela própria SEDUC. Um dos professores afirma que sua origem era do ensino de primeiro grau em que ministrava “artes industriais”, mas não tendo uma lotação centralizada, atuava em seis a sete colégios, entre eles colégios de 2º grau.

O contrato de professores pela Secretaria se dava mediante publicação de portaria, uma vez que ainda não havia a prática obrigatória de concurso público. Após esse contrato, passava a ser obrigação desse professor o cumprimento de sua carga horária, que era distribuída de acordo com os planos de curso definidos pela FEP, e atender a filosofia da escola, que se norteava pela expressão apresentada pelo diretor do Centro: aprender para fazer e fazer aprendendo, e isso significava para a direção que o que a escola se propunha era que o aluno aprendesse para fazer, mas também que eles soubessem fazer aprendendo, o que atribui, em seu entendimento, maior qualificação ao ensino que ministravam; esperava, assim, ensinar a pensar enquanto fazem. Considerou-se que para isso os professores precisavam passar por uma formação prévia, no ambiente da Universidade, para atuar nessa proposta, que era uma “novidade no Estado”.

Para implantação das habilitações básicas em todo o país foi realizado um diagnóstico levando em conta os aspectos: qualificação de recursos humanos, adequação de ambientes e aquisição de equipamentos. O documento “Uma nova opção para o ensino profissionalizante: a habilitação básica” (BRASIL, 1978) anuncia que foi realizado convênio com oito universidades brasileiras para formação do pessoal envolvido, principalmente professores; entre elas estava a Universidade Federal do Pará (UFPA), que na primeira etapa de formação de professores do sistema estadual atendeu a 152 candidatos.

O depoimento de um professor do Centro Interescolar confirma que a FEP providenciou a formação “em esquema dois” para os professores do seu quadro que atuariam nos Centros Interescolares, formação que fora financiada pelo PREMEN e realizada pela UFPA, onde fizera o curso que lhe assegurou a possibilidade de ser reconhecido como professor pela Secretaria de Educação.

O histórico do curso de Biologia da USP<sup>11</sup> indica que o PREMEN foi um financiamento que se compunha de recursos assim distribuídos: 50% USAID, 20% MEC, 30% Estado e permitiam seu uso em parcerias com Centros de Ciências e Universidades para produção de materiais didáticos de qualidade e adaptados à realidade brasileira, capacitação de professores de Ciências, Física, Química e Biologia, além de habilitar professores das licenciaturas curtas ainda existentes.

No trabalho de Alberto (1996) encontramos um registro literal da diretora de segundo grau no governo de Jader Barbalho (1982 a 1986) sobre o funcionamento de cursos profissionalizantes por meio dos Centros Interescolares e as ações de formação de professor que foram necessárias, quando afirma:

(...) para o curso profissionalizante, foi criado o Colégio Integrado, o Centro Interescolar, que trabalhava com a parte profissionalizante dos cursos de mecânica, eletrônica, eletrotécnica... Foi feito um investimento alto para esses professores porque eles eram todos profissionais liberais... então foram oferecidos cursos pela SEDUC e pelo PREMEN para que professores pudessem ter a parte da licenciatura. Muitos dos professores fizeram tanto o ESQUEMA I (que é para o pessoal que já tem o nível superior e quer complementar com a licenciatura, fazer complementação pedagógica), como o ESQUEMA II (que era feito por professores de 2º grau de cursos profissionalizantes), por exemplo, curso agrícola, administração etc. Havia uma carga horária maior, onde era dada não só a complementação pedagógica, como a parte do conteúdo específico da área em que eles iam trabalhar (ALBERTO, 1996, p.66).

Ela informa ainda que houve uma preocupação imediata com a formação de professores que atuavam nos cursos profissionalizantes em prol dos cursos que naquele instante se implantavam através dos Centros Interescolares, o que se confirma entre os professores, que afirmam que no tempo em que a escola estava em construção, em 1978, já haviam iniciado a formação pedagógica complementar.

Após o curso, esses professores receberam uma autorização para lecionar. A SEDUC denominava essa licença de autorização precária, e o professor P demonstra seu incômodo com esse título:

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://biologia.ifsc.usp.br/prat-ensino/historico.pdf> .

Você sabia que a SEDUC dava autorização precária? Inclusive vinha “autorização precária” para professores trabalharem. (...) Eu trabalhei com autorização precária certo período. Com relação à licenciatura, éramos licenciados, mas tinha uma licenciatura curta, uma licenciatura longa, daí a autorização (Professor P do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

A precariedade dessa formação é alvo de discussões e a sua insuficiência foi percebida por alunos, assim descrita no depoimento de um deles:

Então eram professores de nível médio, né, que não tinham o estímulo tecnológico.(...) os professores que foram preparados para área técnica mesmo eles não eram engenheiros, então quando você procurava uma coisa a mais você esbarrava muito, por exemplo, a idéia que dava pra gente era que os professores que foram formados pelo sistema de esquema eles eram bons técnicos então eles só reproduziam dentro da operacionalidade. Então quando você procurava razão, uma base mais profunda você esbarrava na própria limitação da formação deles (ex-aluno do Centro Interescolar)

Devido ao fato de nem sempre encontrar espaço para expressar queixas referentes à formação docente e percebendo comportamento corporativo, conforme qualificou o ex-aluno, os alunos mais interessados e curiosos procuravam cursos extraescolares e consolidavam a necessidade de continuação dos estudos em nível superior, intento que alguns professores da própria escola apoiavam e incentivavam conquistando bolsas em cursinhos pré-vestibulares particulares em que davam aulas. A realização de curso pré-vestibular associado ao interesse profissional despertado pelo curso e a limitação financeira premente foram decisivos para que esse aluno acessasse ao ensino superior e mesmo antes disso tivesse sido chamado pela escola para ministrar disciplinas técnicas.

Os problemas relativos à formação docente vividos pelo Centro Interescolar Maria da Silva Nunes inserem-se em um contexto nacional de grandes dificuldades evidenciadas em relatos desde o início da República e nascimento das Escolas de Artífices. Os diagnósticos referentes, por exemplo, ao desempenho no ensino do corpo docente das escolas de Aprendizes Artífices levaram a providências e Cunha (2000b) menciona que no ano de 1920, turmas de mestres e contra-mestres formados em diversas escolas foram contratadas para reforçar os quadros dos mestres das Escolas de Artífices.

Destaca-se entre essas providências a criação da Escola Normal Venceslau Brás<sup>12</sup>, bem como a designação do Instituto Lauro Sodré, aqui no Pará, para dedicar-se à formação de professores do ensino profissional até o fim da década de 1930, quando, por falta de incentivo governamental, essas escolas deixaram de se constituir em centros de formação docente (ARAUJO *et al* 2007). O Instituto Lauro Sodré, contudo, continuou desenvolvendo ensino profissional até o final da década de 1960, inclusive com regime de internato para meninos<sup>13</sup>.

INSTITUTO LAURO SODRÉ (ESCOLA PROFISSIONAL DO ESTADO)		
RELAÇÃO NOMINAL E NUMÉRICA DOS EDUCANDOS EM 1945		
28 — José de Jesus Araújo	39 — Leonardo Gomes Ferreira	55 — Elói Cunha
29 — Rubens de Sousa Alencar	40 — Benedito Guarras	56 — Lício Pinto de Carvalho
30 — Olemir Damasceno do Couto	41 — José Freitas	57 — Cesar Augusto Alvarado
31 — José Maria Rezende	42 — Pedro de Sousa Parente	58 — Erivaldo Mendes Machado
32 — Raimundo Oneti Carvalho	43 — Antônio Rodrigues da Oliveira	59 — Joaquim Dias Correia
33 — Raimundo Carlos Barata	44 — Manoel Gomes Peres	60 — Domingos Maia da Paixão
34 — Benedito Trindade Saldanha	45 — Emílio Gomes Peres	61 — Fernando Fernandes Pires
35 — Nilo dos Santos	46 — Raimundo Farias da Silva	62 — Francisco de Borja P. de C.
36 — Antônio Farias	47 — José Miranda Carapajo	63 — Antonio Nogueira Porpino
37 — Artur Suniel de Andrade	48 — Waldir Pantoja Chaves	64 — Valdemar da Fonseca
38 — José Ferreira Araújo	49 — Orlando Martins de Sousa	65 — Bastião Campos
39 — Raimundo da Conceição	50 — João da Costa Morais	66 — Brás Neves de Araújo
40 — José Maria dos Santos Aviz	51 — Elias Henriques da Silva	67 — José Assis de Oliveira Filho
41 — Antônio da Costa Alves	52 — Lourenço Dúgo Ribeiro	68 — Gera do Simão Fernandes
42 — Raimundo Virgínio de Oliveira	53 — Ardisson Abelardo dos Santos	69 — João Evilasio Santa Brígida
43 — Miguel Tavares Rosa	54 — Moacir Queiroz	70 — José Peres Fernandes de M.
44 — Reinaldo Monteiro Naiff	55 — Fernando da Silva Cavalcante	71 — João Gomes de Araújo Jun.
45 — Renato Farias da Silva	56 — Pedro Alcântara da Sousa	72 — Milton de Sousa
46 — Andreino de Bastos Alves Monteiro	57 — Moacir do Carmo Vianna	73 — Osvaldo Lima
47 — Almir Nelson de Oliveira	58 — Valderi Dique dos Santos	74 — Odimar Raimundo M. M.
48 — Alfredo Rodrigues da Silveira	59 — Raimundo Farias da Silva	75 — José Ramos de Queiroz
49 — Aurelio Pires Vidal	60 — Oziel Soares Borges	76 — José Augusto Pinheiro
50 — Mário Neves do Nascimento	61 — Maximino Antônio S. de Campos	77 — Raimundo Silva Matos
51 — Luiz Oliveira	62 — Dilson Backer	78 — Mário de Sousa
52 — Armando Almeida Magalhães	63 — Raimundo Lima Delduque	79 — Stanley Quin o Marques
53 — Gerson Gonçalves Ferro	64 — Emídio de Sousa Pereira	80 — Valdomiro Rodrigues de
54 — Jeremias do Nascimento Tavares	65 — Antônio Miranda dos Anjos	81 — Clovis da Silva Cavalcante

Figura 20 – Relação de Alunos do Instituto Lauro Sodré – 1945. Fonte: Instituto Lauro Sodré (1945)

Funcionam ainda hoje cursos de formação de professores para o ensino técnico, semelhantes aqueles mencionados para a formação do corpo docente do Centro Interescolar, através das modalidades chamadas esquema I – complementação pedagógica com 840h para “professores” graduados, porém não licenciados –, e

<sup>12</sup> Refere-se à Escola de Artes e Ofícios Venceslau Brás, criada em 1917, no DF, Rio de Janeiro, que se destinava à formação de professores, mestres e contra-mestres para o ensino profissional, além de capacitar para o ensino de trabalhos manuais em escolas municipais. Em 1919 essa escola foi incorporada ao Ministério da Agricultura como fruto de acordo entre a Prefeitura do DF e a União, para destinar-se a formar mestres e contra-mestres para as Escolas de Aprendizes Artífices (CUNHA, 2000b), marcadamente a partir de 1924 quando passou a preparar exclusivamente professores e mestres para as escolas da União, o que veio a beneficiar tais escolas inclusive a do Pará, que vinha encontrando dificuldades para contratar professores competentes para o ensino de ofícios. A Escola Venceslau Brás funcionou até 1937.

<sup>13</sup> O Instituto, com sede na atual Avenida Almirante Barroso, quando deixou de ser internato, inicialmente tornou-se escola mista, mas depois passou a oferecer apenas Educação Básica. Há poucos anos sua sede foi transferida para novas instalações, à Travessa Pirajá, s/n, e seu antigo prédio foi reformado para uso atual do Tribunal de Justiça do Estado (TJE). Registramos que as principais escolas de educação profissional surgidas no início do século passado localizavam-se fora do centro urbano, ao contrário das escolas destinadas à formação intelectual. Assim, a Escola de Aprendizes e Artífices do Pará, a Escola Salesiana do Trabalho e o Instituto Lauro Sodré funcionavam na periferia de Belém.

esquema II para técnicos de nível médio que ensinam sem formação superior, com 2500h em média, o professor obtém formação de nível superior na área específica mais complementação pedagógica. Há poucos programas desta natureza em exercício no país hoje, segundo Helena Peterossi, coordenadora pedagógica do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETEPS) nos anos de 1972 a 1977, “a FATEC-SP, até hoje é a única instituição de ensino superior público no país que mantém regularmente, desde 1977, a Formação de Professores para o Ensino Técnico” (apud MOTOYAMA, 1995, p.343).

De outro lado, o Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, realizado em setembro de 2003, em Brasília, pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e do Programa de Expansão da Educação Profissional, que tinha como objetivo debater o papel da educação profissional frente ao novo projeto de desenvolvimento do governo federal, foi um dos mais representativos eventos da educação profissional do país, realizando uma ampla discussão avaliativa como o tema bem esclarece.

Um dos grupos de trabalho voltou-se à formação de docentes de educação profissional, evidenciando como um grande problema a falta de recursos humanos qualificados, sendo este um dos maiores entraves à melhoria da qualidade e da expansão da educação profissional ainda nos dias atuais. Apontaram como causas: arrocho salarial que estimula o abandono da carreira ou da dedicação exclusiva, bem como gera rotatividade; legislação que não contempla a diversidade de educação profissional exercida pelas instituições; problemas relativos à carreira dos docentes das instituições públicas – ausência de concurso, plano de carreira; falta de professores licenciados para as disciplinas específicas com problemas quanto a duração dos cursos de formação; dificuldade de articulação entre esferas do governo federal, entre diferentes instâncias que executam Educação Profissional além de articulação conceitual<sup>14</sup> (BRASIL, 2003).

Todo esse relato é expressivo para entendermos os problemas atuais, bem como aqueles vividos pelo Centro Interescolar, e percebermos que suas origens remontam ao início de um projeto de sistema de educação profissional no país, compreendendo que

---

<sup>14</sup> São diversos os agentes que ofertam educação profissional no país, entre eles estão à rede pública federal, as redes públicas estaduais e municipais, “Sistema S”, sindicatos, organizações sociais, fundações, redes particulares que resulta em concepções educacionais bastante distintas. Todas as discussões no âmbito das políticas educacionais para a educação profissional suscitam a necessidade de reconhecer essa diversidade de perspectivas educacionais e a necessidade de chegar a acordos mínimos que permitam o estabelecimento dessas políticas.

tais problemas não são somente originários da reforma dos anos de 1970 ou 1990, mas que se arrastam anos a fio sem encaminhamentos ou políticas educacionais que os transformem. A formação de docentes da educação profissional permanece como área desprovida de políticas educacionais e o Seminário evidencia o quanto as questões apresentadas estão longe de constituir consensos e encaminhamentos consistentes.

Somada às dificuldades de manutenção e à aquisição de material de consumo, o diretor do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes aponta como dificuldade de igual proporção, com o passar do tempo, a não oferta de especializações periódicas e específicas nas áreas de formação inicial do professor para seu contínuo aperfeiçoamento mediante as transformações tecnológicas constantes. Cuidar da formação especial do professor, sua atualização, adaptação, não era um movimento fácil, e encontrava pouco apoio nas estruturas formais da SEDUC, que então geria os Centros Interescolares.

O quantitativo de professores era suficiente para o funcionamento da escola, mesmo quando se considera que a referida escola necessitava de número de professores diferenciado e elevado, uma vez que ofertavam disciplinas de áreas específicas e de educação geral para as disciplinas instrumentais. Não havia, contudo, registro de falta de professores para alguma disciplina. Junto a essa narrativa, os professores apresentam a visão do professor “faz tudo”, comum ao Centro, significando o professor que poderia ministrar variadas disciplinas, bem como “colaborar” em tarefas educacionais diversas.

O *Perfil do Centro Interescolar* (PARÁ, 1988) apresenta um quadro de docentes composto de 48 professores para ministrar as disciplinas de Química, Física, Desenho e as específicas das habilitações técnicas, pois em 1987 a escola passou a ofertar a formação de auxiliar técnico.

#### 4.3.

#### **Estrutura sociocultural**

O grupo docente constituía-se de professores jovens, e pode-se perceber que se associou à criação do Centro Interescolar uma nova possibilidade escolar no Estado ainda pouco vivenciada, com isso relata-se um clima amistoso e cordial de trabalho associado ao ânimo de nova construção educacional. As expressões como “família” e

“irmão” foram usadas pelos professores para referirem-se a como percebiam a relação entre eles.

Apesar da divisão de cursos, os professores não funcionavam em subgrupos no interior da escola; ao contrário, reuniões com o setor pedagógico, encontros na hora do recreio na sala de professores e partidas de futebol entre os professores foram lembrados com significativo afeto, bem como os laços existentes até hoje entre alguns deles que não mais estão na escola.

Questionados quanto ao motivo que fazia esse clima existir, um dos professores indica a origem social homogênea; apesar de haver alguns em condição social diferenciada, a maioria deles tinha a mesma origem e todos superaram suas condições para estarem ali na qualidade de engenheiros e professores. Todos se conheciam e se davam a conhecer, e não havia isolamento por lá; os professores novos eram “entrosados” ao grupo antigo e rapidamente se inseriam em sua forma de funcionar bem, como nos procedimentos escolares.

Um desses professores, que também atuava na Escola Técnica Federal, compara que os ânimos, as relações de amizade que se refletem no clima de trabalho, eram completamente diferentes nas duas instituições, fazendo-o gostar muito de atuar no Centro Interescolar, apesar das dificuldades que, com o tempo, foram se tornando intensas.

Apoiados no clima de novidade escolar e nos ânimos dos professores e alunos, muitos eventos eram realizados na própria escola para dar visibilidade aos cursos ali ofertados e aos domínios conquistados por seus alunos. A união e dedicação dos professores foram os elementos, segundo o diretor, que asseguraram a realização de exposições e feiras, que renderam prêmios e menções honrosas na cidade.

O ofício nº 7782/SEC-84, de 26 de novembro de 1984 (PARÁ, 1984), do gabinete da presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, assinado pelo seu presidente Lucival Barbalho e dirigido ao secretário de Estado de Educação – Wilton Moreira – exemplifica essas menções honrosas, nesse caso por ocasião da realização da VI Exposição de Habilitação Básica. O documento elogia a reunião de 1500 alunos de 2ª e 3ª séries do 2º grau das Escolas Orlando Bittar, Deodoro de Mendonça e Magalhães Barata e o intento de *profissionalização nas áreas de Física, Química, Mecânica e Construção Civil*, pelo que se congratulam com o Centro Interescolar e as direções das escolas envolvidas.

No entanto, os entrevistados referem-se à ausência de uma ligação mais efetiva da escola com a comunidade, pelo fato de seus alunos não serem necessariamente de seu entorno, pois procediam de escolas distintas e distantes do Centro Interescolar; pouca preocupação havia em estabelecer essa proximidade.

Um elemento, em particular foi identificado como complicador dessa relação escola comunidade. Tratava-se da banda da Escola Estadual Magalhães Barata, escola que funcionava no mesmo espaço do Centro Interescolar e uma das unidades que lhe enviava alunos. A banda foi descrita pelos alunos como instrumento de promoção da direção dessa escola, e inclusive única forma de manifestação de alunos aceita por eles. Ocorre que a banda não se inseria no processo educacional da escola acrescentando formação musical aos alunos, era, nesse tempo, constituída essencialmente de ex-alunos. Os ensaios que se davam na rua da escola, à frente das residências que também por ali existem, causavam enormes incômodos ao entorno da escola e repulsão pela banda gerando mesmo alguns conflitos de vizinhos com a direção da escola.

Foi relatada a existência de grêmios escolares, mas com pouca atuação política, segundo os professores. Mas os depoimentos dos alunos e da direção indicam que não houve grêmios no Centro Interescolar. Já na Escola Estadual Magalhães Barata mantinha-se o Centro Cívico. Houve tentativa dos alunos de destituir o Centro Cívico conforme depoimento de ex-aluno, em favor de um grêmios como já existia em outras escolas estaduais de 2º grau, movimento impedido pela direção. Formou-se então, uma chapa de integrantes do Partido Democrático Estudantil para concorrer ao Centro Cívico, mas, ao tempo da campanha, um dos integrantes da chapa anunciou em carro de som na frente da escola o apoio deles a luta da Nicarágua e seu intento em ser voluntário nela, o fato gerou muita repercussão junto à direção da escola e culminou com o fim do Centro Cívico.

As turmas compunham-se de 40 alunos em todos os três turnos e não era significativo na visão de professores o abandono de alunos. Não foram encontrados na instituição relatórios da movimentação de alunos nos anos de Centro Interescolar, mesmo porque esses documentos deveriam ser produzidos no ambiente das escolas de origem, onde ficava toda a documentação escolar, mas do relato de alunos percebe-se que nem todos os alunos concluíam o curso principalmente depois de alguns anos de funcionamento do Centro, quando a habilitação básica oferecida já estava desacreditada.

Os alunos realizavam seleção para acessar o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes nas escolas de origem. Cursavam o primeiro ano e então decidiam o curso que queriam cumprir. As três escolas que se vinculavam a esse Centro Interescolar ofertavam outros cursos além daqueles que ali se realizavam como Administração, Saúde, Comércio, Educação geral em Ciências Biológicas e outros, assim o aluno candidatava-se a um dos Cursos do Centro Interescolar ou a permanecer em um dos cursos da escola de origem. O depoimento a seguir esclarece o mecanismo de acesso dos alunos:

Então, o Deodoro de Mendonça fazia o concurso e aí encaminhava pro Centro Interescolar os alunos que tinham passado e que iam estudar eletrônica. O Orlando Bittar fazia a mesma coisa, e o Magalhães Barata a mesma coisa; então o Centro Interescolar ele fazia recolher isso e ministrar as aulas e depois encaminhava os diários de classe, encaminhava as notas (...) (Professor A do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes).

Na visão de um dos professores havia significativa motivação expressa pelos alunos dos cursos, pois se tratava de áreas tecnológicas recentes, com bastante apelo à modernidade, o que atraía e fixava os alunos no curso. Além disso, eles consideravam que as aulas práticas eram o grande atrativo, principalmente enquanto os equipamentos mantinham-se atuais e enquanto se podia realizá-las, entrando em declínio posteriormente.

A descrição de uma ex-aluna sobre essa relação dos alunos com o Centro Interescolar e suas escolas de origem, mostra que era bastante diferente. Em suas escolas de origem desenvolviam relações com o espaço escolar, com a equipe – que em geral conheciam a direção, serviço pedagógico entre outros membros da escola – desenvolviam vínculos com os demais alunos e era onde as festas, celebrações aconteciam. Apesar de evidenciar que havia motivação dos alunos para as aulas no Centro Interescolar lá não havia a mesma relação com o espaço, chegando a ex-aluna a se referir à ausência de sentimento de pertencimento. O ponto forte era a relação com os professores que assumiam função de ensino, orientação e apoio.

Dos elementos obtidos por meio dos eixos: espaços e estrutura do edifício; organização pedagógica e didática e de direção e gestão; e, estrutura sociocultural abordados nesse capítulo, concluímos que o Centro Interescolar nasce como fruto de uma política educacional nacional para o 2º grau, que nesse momento volta-se à educação profissional, a qual o Estado do Pará abraçou. Contudo, adotou o formato institucional de Centro Interescolar de forma subaproveitada, já que nele efetivamente

nunca realizou cursos técnicos, apenas habilitações básicas e mais ao final de sua vigência auxiliar técnico.

O espírito da lei em vigor, a construção de uma escola específica para conteúdos profissionais em áreas não ministradas nas escolas estaduais, o mobiliário e equipamentos de qualidade fez o sonho de jovens alunos de profissionalizar-se crescer. Vemos caracterizar-se expectativa e frustração. A mesma frustração de que tratamos no capítulo anterior, aquela que adviria pela ausência de terminalidade do 2º grau apresentada por Cunha (2005).

O lamento dos alunos quanto à formação, a confusão referente à que tipo de curso essa escola ministrava, por parte de professores e alunos, deixam entrever a formação que gostariam ou esperavam obter. Não cumprindo essa missão e nem sendo mais uma obrigatoriedade legal, a formação profissional foi padecendo ano após ano, com a descontinuidade das políticas educacionais até o ponto em que foi criada a Escola Técnica Estadual do Pará.

Os anos de 1988 e 1989 podem ser caracterizados como um período de transição que levou a tal transformação. Havia muita insatisfação por parte de todos os agentes e um grande anseio por formação técnica, o que depreendemos dos depoimentos de alunos e de professores que a essa altura bem mais cientes dos limites da formação que ministravam sentiam-se partícipes de um projeto “enganador”.

O Projeto de Implantação da Escola Técnica Estadual (PARÁ, 1989b) afirma que o apogeu do ensino profissionalizante no Centro Interescolar teria sido o ano de 1983, sem especificar os motivos para tal, mas o referido ano constitui-se o ano de conclusão da 2ª turma, após a inauguração em 1980. A partir daí, iniciou-se o seu declínio, e o Centro sendo menos assistido passou a sofrer severas críticas, tornando-se “desacreditado da comunidade escolar”.

Um relatório que antecede a apresentação desse projeto, remetido à Secretaria de Educação esclarece que aconteceu uma reunião no dia 16 de janeiro de 1989, convocada pela comunidade da Escola Orlando Bittar, com a participação dos diretores das Escolas Estaduais Deodoro de Mendonça, Orlando Bittar, Magalhães Barata, Centro Integrado Maria da Silva Nunes e Centro Integrado Francisco da Silva Nunes para tratar da seguinte pauta: “a) distribuir as áreas de ensino profissionalizante em Eletrônica, Edificações, Eletrotécnica e Mecânica entre as três escolas tributárias do Centro

Interescolar e b) acabar com o Centro Interescolar e os cursos profissionalizantes” (PARÁ, 1989c).

Ali se esclarecem as “falhas” que a comunidade do Orlando Bittar enumerava para apresentar essas propostas:

- pouca procura dos cursos profissionalizantes e reduzido contingente de alunos por turma;
- a carência de mercado de trabalho para absorver mão-de-obra especializada egressa dos referidos cursos;
- a carência de recursos financeiros para o atendimento do real funcionamento dos laboratórios;
- a falta de recursos econômicos dos discentes, para se deslocarem entre as escolas tributárias e o Centro Interescolar;
- carência de recursos humanos especializados;
- inexistência de CIEE<sup>15</sup> (PARÁ, 1989c).

Após discussão do assunto pelos presentes, continua o documento, o grupo entendeu que os problemas não eram insolúveis, se a “escola fosse olhada com mais atenção”, e, portanto a proposta da comunidade da Escola Orlando Bittar não tinha consistência. Quanto a encerrar os trabalhos da escola o documento afirma:

Era de se entender que a proposta “acabar com o Centro Interescolar e o ensino profissionalizante”, só podia ser uma forma de chamar a atenção das autoridades educacionais, para o fato evidente de que o referido ensino precisa ser mais assistido, sob pena de ser desacreditado, no mais curto espaço de tempo. Em momento algum a proposta podia encerrar a pretensão DE SE FECHAR uma escola, mas sim oferecer, à mesma, condições reais de funcionamento (PARÁ, 1989c).

Entendendo a necessidade de formação para os fundamentos científicos e tecnológicos na educação dos jovens o grupo acredita que não cabia retornar, mas antes fortalecer a coexistência, no sistema estadual, do ensino profissionalizante e da educação geral.

Em face disso uma comissão foi constituída, composta dos diretores das Escolas Estaduais Deodoro de Mendonça, Orlando Bittar, Magalhães Barata, Centro Integrado Maria da Silva Nunes e Centro Integrado Francisco da Silva Nunes, apoiada pela Diretora de Departamento de 2º grau da SEDUC e por assessor da Secretária de Educação, com missão de elaborar uma proposta que racionalizasse recursos financeiros

---

<sup>15</sup> Órgão escolar para fazer a relação da escola com a empresa.

e humanos e evitasse a duplicidade de gastos com escolas trabalhando as mesmas áreas e disputando os mesmos alunos.

Após várias reuniões o grupo conclui que o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes tem estrutura física para oferta de cursos de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica e como uma das escolas tributárias funciona no mesmo terreno, a Escola Estadual Magalhães Barata, apresentou-se a seguinte proposta:

As aulas de educação geral dos cursos profissionalizantes em Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica devem ser ministradas na Escola Estadual Magalhães Barata, enquanto que as aulas de formação específica continuariam a ser desenvolvidas no Centro Interescolar, único colégio estadual capaz de atender na comunidade, aos pré-requisitos da educação profissional. A proposta visa, portanto criar um complexo educacional profissionalizante constituídos das escolas Maria da Silva Nunes e Magalhães Barata, que poderia ser a célula *mater* da futura ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, capaz de receber o remanejamento, já em 89, dos corpos discentes das segundas e terceiras séries das áreas de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações e Mecânica do “Deodoro de Mendonça” e do “Orlando Bitar” e “Francisco da Silva Nunes”<sup>16</sup>; que cederia ainda os equipamentos dos laboratórios de Mecânica e Eletricidade (PARÁ, 1989c)

Em seguida à apresentação dessa proposta, o documento dirige palavras de convencimento à Secretária de Educação de que essa fosse a melhor proposta para aquele tempo e que por ser inovadora encontraria as mais variadas reações “daqueles que acomodados, não têm compromisso com a melhoria da Educação”. As necessidades de adaptação do espaço, destinação orçamentária, melhoria e adaptações curriculares, remanejamento de alunos, recomposição de gestão e criação do setor de estágio e formação docente foram indicadas e, se fossem aprovados pela Secretaria, seria elaborado um Projeto, o que aconteceu em seguida.

O capítulo seguinte aborda o período sucessivo a esse em que o Projeto da Escola Técnica Estadual torna-se real, após ser aprovado pela Secretaria de Educação e governo do Estado, discutindo o desdobramento desse período de transição, sua instalação e os anos de efetivo de trabalho.

---

<sup>16</sup> O outro Centro Interescolar inaugurado no Estado, em funcionamento no bairro da Marambaia.